

Economia Social e Solidária

O processo de criação da COOPAITER - Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí – RO/MT

The creation process of COOPAITER - Paiter Suruí Indigenous People's Production and Development Cooperative – RO/MT

Carolina Martin^I, Elisângela Dell-Armelina Surui^{II}

^I Universidade Estadual de Londrina , Londrina, PR, Brasil

^{II} Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil

RESUMO

Este artigo visa apresentar como ocorreu o processo de criação da COOPAITER - Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, delimitada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. A base teórico-metodológica se alicerça em estudo de caso e pesquisa bibliográfica, sob a perspectiva teórica da Economia Solidária. A COOPAITER foi resultado de um longo percurso de intentos frustrados desse povo em encontrar uma alternativa de sustento socioeconômico, cultural e ambiental. Sua formação passou por desafios internos e externos, que aos poucos estão sendo vencidos, por meio da conscientização e formação dos cooperados e suas lideranças, e de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais. A cooperativa propiciou agregar valores agroindustriais a seus produtos, alcançar preços justos, estabelecer relações no mercado interno e externo, instituir credibilidade mercadológica associada à sua identidade cultural e oferecer melhores condições socioeconômicas aos cooperados.

Palavras-chave: Cooperativa; Economia Solidária; Povo Indígena Paiter Suruí

ABSTRACT

This article aims to present how the process of creating COOPAITER - Paiter Suruí Indigenous People's Production and Development Cooperative, located in the September Seven Indigenous Land, delimited between the states of Rondônia and Mato Grosso, occurred. The theoretical-methodological basis is based on case studies and bibliographical research from the theoretical perspective of the Solidarity Economy. COOPAITER was the result of a long journey of frustrated attempts by these people to find an alternative socioeconomic, cultural, and environmental livelihood. Its formation went through internal and external challenges, which are gradually being overcome through awareness and training

of members and their leaders and partnerships with governmental and non-governmental institutions. The cooperative provided adding agro-industrial values to its products, achieving fair prices, establishing relationships in the domestic and foreign markets, establishing marketing credibility associated with its cultural identity, and offering better socioeconomic conditions to its members.

Keywords: Cooperative; Solidarity Economy; Paiter Suruí Indigenous People

1 INTRODUÇÃO

O povo indígena Paiter Suruí, denominação que significa “gente de verdade”, teve seu primeiro contato com a sociedade brasileira não indígena em 1969. Esse processo não ocorreu de forma pacífica e foi permeado pela aniquilação de grande parte de sua população, tanto por doenças quanto por violentas lutas e massacres. Outra questão foi a perda gradativa de seu território e, consequentemente, de recursos naturais, resultado dos incentivos governamentais de colonização, baseada em novas frentes de exploração econômica, por meio do Projeto de colonização Ji-Paraná¹. Esses fatores geraram impactos diretos na sua cultura, sociedade e meios de sobrevivência (Cardozo, 2014).

Em 1974, o município de Cacoal, pertencente ao estado de Rondônia, é criado no que antes era uma parcela das terras Paiter Suruí, em um contexto no qual parte de suas lideranças estavam dizimadas, muitos indígenas passaram a mendigar por alimentos e roupas. A ausência de políticas públicas que garantissem sua qualidade de vida e a integridade de seu território, para enfrentar os impasses postos por essa situação de fronteira cultural e territorial, gerou um estado de anomia em sua sociedade (Gomes, 2018; Mindlin, 1985).

No ano de 1983, o governo federal, com o Decreto nº 88.867, de 17 de outubro, homologou a demarcação da área indígena Sete de Setembro, que abarca os povos indígenas Suruí, Cinta Larga e Karitiana, e está localizada nos municípios de Aripuanã (MT) e Porto Velho (RO) (Brasil, 1983). A cota dessa área demarcada, que coube aos

¹ O Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná foi criado em 16 de junho de 1972, e implantado efetivamente em julho do mesmo ano, na área considerada indispensável à segurança para o desenvolvimento nacional pelo Decreto Lei nº 1.164, de 01 de abril de 1971.

Paiter Suruí, abrange desde o norte do município de Cacoal (estado de Rondônia) até o município de Aripuanã (estado do Mato Grosso).

Todavia, apesar de terem garantia de posse dessa terra, grande parte do meio ambiente havia sido destruído e seu modelo social desmantelado, o que impactou na sua cultura material e imaterial. Com o tempo, os Paiter Suruí compreenderam que para sobreviver teriam que se inserir de algum modo nessa cultura diferente e dominante que os circundavam, assim, tentaram estabelecer um modo de sobrevivência que equilibrasse o seu modelo cultural com os padrões econômicos, morais e culturais que os cercavam (Silva; Neto, 2014).

No início, para se manterem economicamente, os Paiter Suruí engendraram uma série de tentativas de atividades, que contemplavam desde a continuidade de negócios que os colonizadores antes desenvolviam em suas terras, até labores que envolviam aspectos de sua própria cultura. Entretanto, essas experiências se mostraram infrutíferas. Isso os levou a considerar outra alternativa, que foi a formação de uma cooperativa, em 2017. Dessa forma, a questão que se coloca nesse artigo é: Seria o cooperativismo, com sua proposta de autogestão da produção, compartilhada de forma democrática entre seus membros, uma ferramenta para os Paiter Suruí vencerem os desafios encontrados até então na comercialização de seus produtos e garantirem um modo de vida digno?

Nesse sentido, o objetivo é apresentar como ocorreu o processo de criação da COOPAITER - Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, delimitada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. Para tanto, a base teórico-metodológica está alicerçada em estudo de caso e pesquisa bibliográfica, sob a perspectiva teórica da Economia Solidária, em especial dos autores Gaiger (2003, 2004, 2006, 2009, 2012), Laville (2004, 2009) e Singer (2000, 2002).

Ao focar, em específico, nas questões relacionadas à Economia Solidária na América Latina, Gaiger (2006) enfatiza que esta é essencialmente um conjunto de ações,

a partir da associação democrática e livre entre trabalhadores, os quais objetivam, ao mesmo tempo, ganhos econômicos e melhoria de qualidade de vida. Isso ocorre por meio da cooperação, uso em comum dos meios de produção e autogestão, o que, muitas vezes, envolve também o engajamento em problemas da comunidade, ao ir contra a cisão usual entre o econômico e o social.

Laville (2004) destaca que, historicamente, a Economia Solidária ganha força, no decorrer do século XX, quando os Estados diminuem suas ações de bem estar social, nas quais assumiam as funções de assistência social e geração de riqueza, e recuam para um papel subsidiário. Essa nova conjuntura, marcada por mudanças econômicas, sociais e políticas, assinalada principalmente pelo aumento de desigualdades, gerou um movimento de ações no sentido de mitigar diferentes problemas.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária tem como fundamento o conceito de que os benefícios de uma atividade econômica devem favorecer os próprios trabalhadores. Seus princípios se baseiam em aspectos como liberdade, humanismo, igualdade, solidariedade e, concomitantemente, racionalidade, sendo uma das suas mais representativas formas, as cooperativas.

À vista disso, o presente artigo, em um primeiro momento, demonstrará quais foram as primeiras experiências empreendedoras dos Paiter Suruí, ao evidenciar os motivos do porquê não alcançaram seus objetivos e, em um segundo momento, descreverá como ocorreu a formação da COOPAITER e analisará seu impacto nessa sociedade indígena.

2 PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS EMPREENDEDORAS

Os Paiter Suruí, diante das inúmeras diversidades e obstáculos enfrentados para encontrar seu lugar no modelo social, cultural e econômico não indígena, passaram a tentar adotar um comportamento empreendedor, não somente no sentido de produzir algo inovador, mas, de ressignificar o que já praticavam ao longo de sua

história. Mesmo diante de experiências frustradas, permeadas por dificuldades quase cotidianas, esse povo não desistiu e insistiu em inúmeros intentos. Suas ações podem ser compreendidas a partir do conceito de que:

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. [...] O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas (Baggio; Baggio, 2014, p. 26).

Uma de suas experiências empreendedoras foi o artesanato, a intenção era gerar renda e, paralelamente, promover a preservação de sua cultura material e costumes junto às novas gerações. A produção incluiu objetos como adornos, cestarias e bolsas, todavia, o comércio ocorria em pequena escala e não supriu as necessidades e expectativas dos Paiter Suruí. Silva e Neto (2014), ao analisarem essa experiência, em específico, destacam que não se ajustava à lógica capitalista técnico produtivista de produção em larga escala, pois, era um meio tradicional de produção. Ao observarmos essa experiência frente às concepções de Caillé e Laville (1996), constata-se que os Paiter Suruí ainda não tinham compreendido que era necessário incorporar às suas ações empreendedoras e democráticas, que envolviam várias pessoas da sua comunidade, a mentalidade de uma dimensão política de participação, dinamizada por redes de interação e práticas de autogestão de reciprocidade e proximidade com o público-alvo de seus produtos.

Uma experiência, entre os anos de 2007 e 2014, que os próprios Paiter Suruí consideram marcante, foi um projeto de créditos de carbono em suas terras, organizado pelas lideranças Paiter e suas respectivas associações. Essa iniciativa buscou simultaneamente vender créditos de carbono e defender a preservação dos recursos naturais, ao fazer denúncias sobre a comercialização da madeira, por

ilegais, em terras indígenas. Contudo, as expectativas de implementação do projeto não se concretizaram. Despreparados para a gestão do projeto, não conseguiram levar adiante o desenvolvimento das ações previstas e enfrentaram problemas com a gestão financeira, desmotivando grande parte dos Paiter em dar continuidade ao “Projeto de Carbono Suruí”.

O pesquisador da Embrapa Meio Ambiente, de Jaguariúna/SP, Scanavaca Júnior [s.d.], explana que o crédito de carbono tem como pano de fundo a questão do aquecimento global, por meio da emissão de gases de carbono, assim, países em desenvolvimento, que ainda têm cobertura vegetal preservada, poderiam vender a países desenvolvidos, que não conseguem cumprir a meta mínima de emissão, créditos de carbono. Entretanto, considera que essa ideia iniciada no Protocolo de Kyoto (1997) e discutida também em outros encontros internacionais sobre as mudanças climáticas não vingou, tanto porque as exigências e regras eram difíceis de cumprir pelos vendedores quanto pelo comportamento dos países desenvolvidos, que cada vez mais produziram CO₂.

Ao analisarmos essa dificuldade dos Paiter Suruí na questão da gestão desse projeto, a partir das colocações de Gaiger (2004), constata-se que dentro da perspectiva da Economia Solidária, apesar de estarem trabalhando sob a perspectiva da democracia interna do grupo nas questões econômicas, ainda faltava uma conglomeração das iniciativas de base. Seria necessário que incluíssem conhecimentos específicos, que permitissem uma melhor gestão e interlocução com instâncias mais amplas, inclusive políticas.

Outras atividades produtivas, baseadas no extrativismo da castanha-da-amazônia² e da borracha, embora com potencial de produção viável, se mostraram

não sustentáveis economicamente, pela dificuldade de acesso por estradas, falta de mercados e de tecnologia para processamento e comercialização.

² Dianete dos diversos nomes vulgares atribuídos à Bertholletia excelsa, em diferentes estados do Brasil e países da Amazônia, em maio de 1992, durante a Terceira Convenção Mundial de Frutos Secos, promovida em Manaus, AM, com a participação de mais de 300 empresários, convencionou-se chamá-la de castanha-da-amazônia. Entretanto, as provenientes do Brasil, voltadas à exportação, são denominadas brazil nut (em inglês) e noix-du-brésil (em francês) (Carvalho, 2014).

de transporte para levar a produção aos mercados e baixos preços oferecidos pelos compradores locais ou intermediários, os chamados “atravessadores”. Os cultivos do café e da banana se revelaram muito exigentes em tratos culturais, pois exigiam constante dedicação. Em relação a produtos agrícolas como feijão, arroz e milho, se comercializava somente o excedente, por isso, não representaram uma alternativa de renda eficaz. Ademais, outras iniciativas como manejo da criação de gado, pequenos animais, colheita de açaí, cacau, babaçu e a exploração do turismo cultural, também são exemplos de tentativas de empreendedorismo.

Os últimos exemplos acima demonstram que os Paiter Suruí não estavam ainda desenvolvendo iniciativas econômicas como um grupo coeso, o que atrapalhou em muito o sucesso de suas ações. Provavelmente, o que lhes faltava era o entendimento de que deveriam adotar outra forma de empreendedorismo e as ações baseadas nos conceitos da Economia Solidária seriam uma opção. Como nos aponta Singer (2002):

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (p. 10).

Diante de todas essas experiências, que por diversos motivos se mostraram inviáveis, os Paiter Suruí tomaram consciência de que deveriam procurar outros caminhos e alternativas. A intenção principal era assegurar um papel de destaque no mercado, obter valores justos para suas produções, além de aspectos que lhe são tão caros, como alcançar avanços no campo social e nas áreas de saúde, educação e preservação ambiental. Foi quando, no ano de 2017, com a finalidade de organizar, formalizar e legalizar todas as atividades que se apresentavam economicamente viáveis em suas terras, foi criada a COOPAITER.

3 COOPERATIVISMO INDÍGENA – COOPAITER

De acordo com Prouteau (2003), no último quartel do século XX, as cooperativas e associações alcançaram uma presença marcante na economia e política, em nível mundial. No Brasil, a legislação referente à regulamentação de cooperativas é a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (Brasil, 1971b), a qual definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Essa lei, nesse momento histórico, trazia os principais preceitos internacionais do cooperativismo. Com o passar das décadas, vários pontos de seu texto se tornaram obsoletos, por isso, sofreu algumas atualizações, mas, sua essência continuou a mesma. A referida lei define que:

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro.

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscernibilidade religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços (Brasil, 1971b).

É possível, dessa forma, traçar um paralelo entre o que traz a Lei nº 5.764/71 e as colocações de Gaiger (2003), o qual define que a Economia Solidária envolve empreendimentos econômicos na forma de associações, grupos de produção, empresas de autogestão e cooperativas, suas iniciativas englobam, ao mesmo tempo, ações de cariz cultural e educacional, o que promove o senso de comunidade e, consequentemente, o compromisso com a coletividade no qual os indivíduos estão inseridos.

Partindo desses princípios, e em coadunação com preceitos de responsabilidade ambiental e social, os Paiter Suruí passaram a se qualificar para compreender o que implica formar uma cooperativa. Após os trâmites burocráticos necessários, como, por exemplo, fazer uma Assembleia Geral para a aprovação de seu Estatuto Social, para estruturar e disciplinar o seu funcionamento, e o registro no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, posto que é uma sociedade civil, em 30 de outubro de 2017, a Comunidade Indígena Paiter Suruí fundou a Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí – RO/MT, designada sob a sigla COOPAITER. Essa cooperativa está qualificada como sociedade de pessoas, exclusivamente constituída por indígenas, com a classificação de multiprodutiva.

Entretanto, assim como a maioria dos empreendimentos que acabam de ser instituídos, sejam eles baseados na Economia Solidária ou não, a COOPAITER se deparou com uma série de desafios e desenvolveu estratégias que permitissem vencê-los, que serão tratados a seguir.

3.1 Desafios e Parcerias

A COOPAITER, desde o início de sua existência, encontrou desafios internos quanto à dificuldade de compreensão dos cooperados, sobre a filosofia e conceitos que devem reger uma cooperativa, necessidade de capacitação das lideranças e da comunidade, e problemas relacionados a financiamento e capital. E desafios externos, no que diz respeito às dificuldades de comercialização dos seus produtos, de como

encontrar seu nicho no mercado consumidor. Uma das alternativas encontradas para lidar com essa situação foram parcerias com diferentes tipos de instituições governamentais e não governamentais. Essa questão das parcerias pode ser entendida, como explicitam França Filho e Laville (2004), sob a perspectiva de que “A Economia Solidária brasileira não se resume, segundo nossa leitura, a algumas formas de cooperativismo. Ela absorve um certo número de iniciativas sob a forma associativa, assim como alguns casos de ONGs e fundações” (p. 149).

3.1.1 Desafios Internos

Ao formarem a COOPAITER, ainda faltava aos Paiter Suruí, tanto as lideranças quanto a comunidade em geral, a compreensão dos conceitos básicos de uma cooperativa. Conforme salienta Lavile (2009), “A economia popular é atravessada por uma tensão entre eficiência técnica e dinâmica solidária, entre educação dos participantes, dos quais muitos são analfabetos, e respeito dos valores iniciais que explicam o empenhamento destes” (p. 25).

As lideranças Paiter Suruí relatam que os desafios a vencerem nesse momento era o entendimento equivocado sobre o papel da cooperativa, a falta de preparação e capacitação da direção sobre a gestão cooperativista, a parca divulgação das ações junto aos cooperados e o desinteresse de muitos em participar, muitas vezes, por ignorância do que é uma cooperativa.. Outro fator, era que diante de outras iniciativas frustradas anteriormente, uma parcela da comunidade se mostrou desconfiada e não acreditava no potencial da cooperativa. Junto a esses desafios, no decorrer do tempo, os Paiter Suruí constataram que teriam que lidar com problemas como falta de capital e aprender técnicas de beneficiamento de suas produções.

No que diz respeito à capacitação, em relação à gestão da cooperativa, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), uma entidade privada, que representa formal e politicamente o sistema nacional de cooperativas, foi uma das primeiras parceiras da COOPAITER. A OCB/RO apoiou a constituição da COOPAITER, a qual foi

a primeira cooperativa indígena a filiar-se a ela, posteriormente, houve promoção da formação profissional e social, em cursos de gestão cooperativista.

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI, 2022), um órgão federal, também tem se envolvido com as ações empreendedoras das etnias Indígenas da Terra Sete de Setembro, ao apoiar a fundação de cooperativas, consideradas alternativas viáveis na produção de renda e autonomia, assim como proporcionam às novas gerações uma perspectiva de continuar a viver com dignidade em suas terras, além de propiciar manterem sua cultura material e imaterial. Uma de suas ações junto à COOPAITER envolve a capacitação dos gestores, por meio da Coordenação Regional de Cacoal.

Essas iniciativas de fortalecer e capacitar a equipe gestora da COOPAITER tiveram como resultado direto ações junto aos cooperados, que com o passar do tempo começaram a compreender o que é uma cooperativa e como esta poderia auxiliá-los em uma melhor qualidade de vida em muitos aspectos, como sociais, econômicos e culturais.

Todavia, havia outras questões e desafios internos, ligados a financiamento e *know how* de beneficiamento dos produtos. Um tema vinculado à gestão era conseguir crédito no mercado financeiro, a parceria nesse caso foi junto ao Instituto Conexões Sustentáveis (Conexus), uma organização não governamental, sem fins lucrativos. Essa instituição, fundada em 2018, tem sede no Rio de Janeiro/RJ e está voltada a auxiliar empreendimentos de impacto socioambiental. No caso da COOPAITER, fomentou o capital de giro para a agroindústria da castanha-da-amazônia, por meio do Fundo Socioambiental Conexus, reconhecido internacionalmente pela *Global Innovation Lab for Climate Finance (Lab)*, com sede em Londres, pelas ações que aceleram negócios comunitários e florestais. Sua ajuda foi crucial à COOPAITER no decorrer da pandemia da Covid-19, com a Linha de Crédito Emergencial (LCE), ao fornecer capital de giro.

Uns dos principais produtos da COOPAITER são a castanha-da-amazônia e o café, mas os cooperados não tinham conhecimento suficiente sobre técnicas



de beneficiamento e cultivo para poderem concorrer no mercado, por isso, foram necessárias formações nesse sentido. A parceria com A.G.P. Distribuidora de Castanhas LTDA-ME Comércio Atacadista, localizada em Toledo/PR, uma empresa especializada na área de beneficiamento de castanha-da-amazônia, resultou na contribuição com o *know how* necessário, ao prestar serviços de assistência técnica especializada à COOPAITER.

Em relação à produção do café, a direção da COOPAITER, junto à Funai, estabeleceu a estratégia de levar seus cafeicultores a feiras regionais, nacionais e internacionais, no afã de atrair o interesse de alguma grande empresa do setor. Isso resultou, em 2019, em uma parceria com o grupo empresarial 3 Corações, com sede em São Miguel/RN, dentre as ações desenvolvidas, estava a capacitação dos cafeicultores.

Considera-se que todo esse empenho dos Paiter Suruí em buscar parcerias para vencer os desafios internos da COOPAITER, vem ao encontro das colocações de Singer (2000) de que a Economia Solidária proporciona novas alternativas de organizar a produção de grupos de pessoas, que provavelmente não conseguiram superar as dificuldades por conta própria ou individualmente, como foi o caso das suas tentativas empreendedoras anteriores. Como veremos a seguir, essa perspectiva também vale para os desafios externos da COOPAITER.

3.1.2 Desafios Externos

Os principais desafios externos da COOPAITER estavam vinculados às barreiras comerciais, no sentido de entrar e ser reconhecida no mercado e, associado a isso, como agregar valores agroindustriais a seus produtos. As parcerias, nesse caso, podem ser interpretadas, como aponta Gaiger (2004), sob a concepção de um modo de criar instâncias mais abrangentes de interlocução e de projeção econômica, ao mesmo tempo permeadas por ações democráticas e de racionalidade mercantil.

Uma iniciativa para lidar com essas duas questões foi a adesão ao Selo Nacional da Agricultura Familiar (Senaf), aliás, foi a primeira comunidade indígena

de Rondônia a ser reconhecida por esse selo. Essa certificação é uma iniciativa da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar (SEAB), órgão do governo federal, que visa aumentar a visibilidade dos produtos de organizações econômicas baseadas na agricultura familiar, com a rastreabilidade de origem. Isso ajudou a COOPAITER a ser mais conhecida por consumidores e outras empresas, concomitantemente, agregou valor aos seus produtos.

Outra parceria nesse sentido foi com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae RO), a partir do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Rondônia, essa entidade privada, sem fins lucrativos, é mantida por repasses das maiores empresas do país, proporcionais ao valor de suas folhas de pagamento. Um dos destaques dessa parceria foi o Projeto de Educação e Empreendedorismo, que criou condições para a COOPAITER ir ao evento internacional *Expo East 2023*, na Filadélfia, Estados Unidos da América. A intenção era apresentar a empresas internacionais a castanha-da-amazônia, para que isso resultasse em negócios. Junto ao Sebrae RO houve outra ação, no Programa Inova Agro, uma estratégia que visa integrar iniciativas institucionais do Agronegócio, de modo a terem maior visibilidade e, assim, otimizarem seus recursos, por meio da cooperação, o que gera resultados diretos para as cadeias produtivas consideradas prioritárias em Rondônia.

A Funai, além da já citada ajuda com capacitação, também apoiou a COOPAITER na aquisição de ferramentas, instalação de maquinários e transporte da produção. Esse órgão, inclusive, cedeu o prédio onde está a sede da cooperativa e realizou uma reforma nas instalações agroindustriais de beneficiamento da castanha-da-amazônia. Ademais, a anteriormente referenciada parceria com a empresa 3 Corações, que também envolveu a Funai, gerou um contrato de compra e venda de café, em 2019. Os Paiter Suruí relatam que essa parceria causou grande impacto, devido às condições do acordo, por exemplo: nas cláusulas de valorização do café produzido por indígenas, com 25% a 100% sobre o preço de mercado; na construção de estruturas de terreiros

suspensos, para o beneficiamento; financiamento de ferramentas para a colheita; e doação de material para a produção de um tipo de café especial, fermentado.

Diante dessa impulsão na produção de café, a COOPAITER pôde participar de outra iniciativa da empresa 3 Corações, o Concurso Tribos, que ocorre anualmente e elege os 10 melhores cafés, entre 100 micro lotes, produzidos por diferentes etnias indígenas da Amazônia. Os vencedores passam a fazer parte de uma linha exclusiva de café, a Raro Microlote Tribos 100% Robusta Amazônico, comercializados como cafés sustentáveis, em relação à proteção da floresta e à alta qualidade, suas embalagens são personalizadas, com inspiração na cultura indígena, assim como, trazem a identidade e história dos cafeicultores. O Grupo 3 Corações, direciona 100% do lucro para as ações sustentáveis das comunidades indígenas. Essa experiência, inspirou a direção da COOPAITER no desenvolvimento de uma política de comercialização semelhante para a castanha-da-amazônia, no sentido de trazer valor agregado de uma produção sustentável na Amazônia, feita por indígenas.

Nessa mesma linha de valorização da produção, em relação à sustentabilidade, foi estabelecida uma parceria com a organização não governamental *Forest Tends*, com sede em Washington, distrito de Columbia. Essa ONG atua junto a povos tradicionais desde 1998, ao apoiar iniciativas voltadas ao fortalecimento de produções sustentáveis, que gerem renda e desenvolvimento econômico. No Brasil, tem trabalhado junto a comunidades do Acre e Rondônia. Por meio do programa de Pagamentos por Serviços Ambientais e Ecossistêmicos (PSA/E), tem apoiado a COOPAITER em projetos de melhoria da qualidade de produção da castanha-da-amazônia, com a instrumentalização da agroindústria de beneficiamento.

Ao contemplarmos essas dinâmicas de parcerias dos Paiter Suruí, sob a perspectiva das colocações de Gaiger (2009), pondera-se que esse povo iniciou um processo de compreensão da prática da Economia Solidária. A formação de uma cooperativa propiciou a integração entre as esferas social e econômica, indo, por um lado, de encontro ao modelo vigente neoliberal, que em tantos casos leva à separação

dessas esferas, e, por outro lado, ao encontro da dimensão política das suas iniciativas, como parte do movimento altermundialista, voltado à estabilidade de economias e sociedades locais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de criação da COOPAITER - Cooperativa de Produção e Desenvolvimento do Povo Indígena Paiter Suruí, localizada na Terra Indígena Sete de Setembro, delimitada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso, é o resultado de um longo percurso de intentos frustrados desse povo em encontrar uma alternativa de sustento econômico, social, cultural e ambiental. A formação da cooperativa passou por uma série de desafios internos e externos, que aos poucos estão sendo vencidos, por meio da conscientização e formação dos cooperados e suas lideranças, assim como, a partir de parcerias com instituições governamentais e não governamentais.

A cooperativa se mostrou uma alternativa no empenho em agregar valores agroindustriais a seus produtos, alcançar preços justos, estabelecer relações no mercado interno e externo, instituir uma credibilidade mercadológica associada à sua identidade cultural e oferecer melhores condições socioeconômicas aos cooperados. Os Paiter Suruí consideram que a criação da COOPAITER proporcionou às etnias da Terra Sete de Setembro, em relação às outras etnias do estado, maior dignidade em relação à identidade indígena e melhor qualidade de vida.

Em 2021, o presidente da COOPAITER, Naraymi Suruí, relatou que a cooperativa contava com 220 cooperados de 25 aldeias da Terra Indígena Sete de Setembro, das etnias Paiter-Suruí, Cinta Larga, Gavião e Zoró. Nesse ano foram comercializados 10 mil quilos de castanha-da-amazônia, houve percalços devido à pandemia da Covid19, mas, em 2022, a venda alcançou os estados de Mato Grosso e Paraná e há planos para sua expansão. Naraymi afirmou que “Com a produção e o trabalho conjunto entre os indígenas, nós encontramos uma forma de mudar as nossas vidas e gerar melhorias

às comunidades" (FUNAI, 2022, n.p.). Além da castanha-da-amazônia, a COOPAITER produz cacau, banana e café orgânico, este último ganhou destaque, em 2019, na Semana Internacional do Café, ocasião em que o produto conquistou o 5º lugar no Prêmio *Coffee Of The Year 2019*.

Apesar de todas as conquistas, por meio da COOPAITER, os cooperados apontam que ainda não alcançaram a remuneração necessária para se sustentarem e, por isso, alguns membros da comunidade, por exemplo, usam como alternativa econômica o arrendamento de pastos. Mas, acreditam que a estratégia de superação desse desafio é continuar investindo tempo e energia no cooperativismo, pois tem se mostrado uma alternativa viável e sustentável, que permite manter suas tradições e costumes.

Este artigo buscou, por meio dessa experiência cooperativista, contribuir para o reconhecimento e apropriação do conceito de Economia Solidária. Porque, como nos aponta Gaiger (2012), são necessárias pesquisas que discutam esse tema sob a concepção de "novos objetos investigativos e a discussão em torno de métodos e fronteiras disciplinares" (p. 5), posto que "a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária assume hoje algumas das características de uma área acadêmica própria, interdisciplinar e entrelaçada a estudos sobre temáticas afins ou sobre questões mais gerais das sociedades e da realidade global" (p. 10).

REFERÊNCIAS

BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p.25-38, 2014. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>. Acesso em: 17 fev. 2024. DOI: 10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38.

BRASIL. **Lei n. 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. (1971b) Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 1.164**, de 1 de abril de 1971. (1971a) Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/524949/publicacao/15795921>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 88.867**, de 17 de outubro de 1983. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1983/d88867.html. Acesso em: 20 maio 2024.

CAILLÉ, A.; LAVILLE, J.-L. Pour ne pas entrer à reculons dans le XXI siècle. **Le Débat**, Paris (França), n. 89, p. 80-89, mar./abr. 1996.

CARDOZO, I. B. Apresentação. In: CARDOZO, I. B. (Org.). **Códigos e Normas Paiter Suruí**. Porto Velho: Edufro, 2014. p. 7-8. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/SRD00032.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CARVALHO, P. E. R. **Castanha-da-Amazônia**. Brasília: Embrapa, 2014. (Coleção: Espécies Arbóreas Brasileiras, v. 5). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/232068/1/Especies-Arboreas-Brasileiras-vol-5-Castanha-da-Amazonia.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (2022). **Série Especial**: com apoio da Funai, indígenas geram emprego e renda com a produção de castanha do Brasil. Ministério dos Povos Indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022/serie-especial-com-apoio-da-funai-indigenas-geram-emprego-e-renda-com-a-producao-de-castanha-do-brasil>. Acesso em: 27 abr. 2024.

GAIGER, L. I. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, A. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.

GAIGER, L. I. A economia solidária e o projeto de outra mundialização. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 4, p. 799-834, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PWKtdRHpNMx3XcLMQRGFcgh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024. DOI: 10.1590/S0011-52582004000400006.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 513-545, mai./ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/t3pG7p59gjRWgwb7ZCb34Gg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024. DOI: 10.1590/S0102-69922006000200009.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (Portugal), n. 84, p. 81-99, mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/401>. Acesso em: 23 abr. 2024. DOI: 10.4000/rccs.401.

GAIGER, L. I. Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 73, p. 5-20, 2012. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/364>. Acesso em: 06 jun. 2024.

GOMES, M. H. **Tensões no território Paiter Suruí**: os modelos de gestão na terra indígena

Sete de Setembro e as repercussões na escola. 2018. 121 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Exatas e da Terra, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Roraima, 2018.

LAVILLE, J-L. El marco conceptual de la Economía Solidaria. *In: LAVILLE, J-L. (Org.). Economía social y solidaria. Una visión europea.* Buenos Aires (Argentina): Altamira, 2004. p. 207-235.

LAVILLE, J-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra (Portugal), n. 84, p. 7-47, mar. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/381#article-381>. Acesso em: 17 mai. 2024. DOI: 10.4000/rccs.381.

MINDLIN, B. **Nós Paiter**: os Suruí de Rondônia. Petrópolis: Vozes, 1985.

PROUTEAU, L. Les associations entre bénévolat et logique d'entreprise. *In: PROUTEAU, L. (Org.). Les associations entre bénévolat et logique d'entreprise.* Rennes (França): Presses Universitaires de Rennes, 2003. p. 7-23.

SCANAVACA JÚNIOR, L. **Base teórica para o crédito de carbono**. Embrapa Meio Ambiente/Jaguariúna [s.d]. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/143346/1/2009AA-003.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SILVA, N. T. C. da; FERREIRA NETO, J. A. A monetarização da vida social dos Paiter Suruí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 1, p. 163-181, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/WqZDFMpJ6PSMphnTP43ps6v/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2024. DOI: 10.1590/S1981-81222014000100011.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

1 – Carolina Martin

Doutora em Educação, Pós-Doutoranda em Educação, Universidade Estadual de Londrina. <https://orcid.org/0000-0002-7727-8057> - caromartin@uol.com.br
Contribuição: Conceituação, Escrita – primeira redação, Escrita – revisão e edição

2 – Elisângela Dell-Armelina Surui

Graduada em Pedagogia, Coordenadora Pedagógica, Secretaria de Educação do Estado de Rondônia. <https://orcid.org/0009-0008-4398-0068> - elisangelasurui123@gmail.com
Contribuição: Conceituação, Escrita – primeira redação

Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Direitos autorais

Os autores dos artigos publicados pela RGC mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

Verificação de Plágio

A RGC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

Editores de seção

Hector dos Santos Facco.

Editora Chefe

Marcia Helena dos Santos Bento.

Como citar este artigo

MARTIN, C.; DELL-ARMELINA SURUI, E. O processo de criação da coopaiter - cooperativa de produção e desenvolvimento do povo indígena Paiter Suruí – RO/MT. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 12, n. 23, e88865, 2025. DOI 10.5902/2359043288865. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043288865>.